



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I — PARTE II

DECRETO Nº 46.237 — DE 18 DE JUNHO DE 1959

ANO XVII — Nº 70

CAPITAL FEDERAL

SEGUNDA-FEIRA, 12 DE ABRIL DE 1976

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

PORTARIAS DE 1º DE ABRIL DE 1976

O Diretor-Geral, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 12 do Decreto nº 72.912, de 10 de outubro de 1973, e tendo em vista o disposto na alínea b do item 5 da Instrução normativa DASP nº 46, de 19 de agosto de 1975, resolve:

Nº 1.449 — Designar a servidora Maria da Conceição Araújo Gomes, matrícula nº 2.179.407, ocupante do cargo (ou do emprego) de Contadora do Quadro (ou Tabela) Permanente do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para exercer a função de Chefe da Seção de Controle, do Serviço de Conservação Direta, da Divisão de Conservação, da Diretoria de Manutenção, Código DAI-111.1 (NS), do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, em caráter provisório, enquanto não houver (ou houver insuficiência de) servidores ocupantes de cargos e empregos integrantes da lotação da Categoria Funcional de Engenheiro.

O Diretor-Geral, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 12 do Decreto nº 72.912, de 10 de outubro de 1973, e tendo em vista o disposto na alínea b do item 5 da Instrução normativa DASP nº 46, de 19 de agosto de 1975, resolve:

Nº 1.451 — Designar o servidor Jorge Lopes Ribeiro, matrícula número 1.900, ocupante do cargo (ou do emprego) de Engenheiro, do Quadro (ou Tabela) Permanente do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para exercer a função de Chefe da Seção de Coleta e Seleção de Informações, do Serv. de Informações de Pesquisas Rodoviárias, da Divisão de Informática Técnico Científica, do IPR — DAI-111.1 (SA), do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, em caráter provisório, enquanto não houver (ou houver insuficiência de) servidores ocupantes de cargos e empregos integrantes da lotação da Categoria Funcional de Agente Administrativo.

Nº 1.452 — Designar a servidora Fernanda Maria Silva Pereira Leite, matrícula nº 200.038, ocupante do cargo (ou do emprego) de Agente Administrativo do Quadro (ou Tabela) Permanente do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para exercer a função de Chefe da Seção de Normas e Métodos, Código DAI-111.1 (NS) do Serviço de Sinalização, da Divisão de Eng. e Seg. de Trânsito, da Diretoria de Trânsito, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, em caráter provisório, enquanto não houver (ou houver insuficiência de) servidores ocupantes de cargos e empregos integrantes da lotação da Categoria Funcional de Engenheiro.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Nº 1.454 — Designar a servidora Elza Denot Medeiros, matrícula número 2.031.203, ocupante do cargo (ou do emprego) de Desenhista NM-7 do Quadro (ou Tabela) Permanente do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para exercer a função de Chefe da Seção de Controle da Produção, código DAI-111.1 (NS), do Serviço de Custo e Produção, da Divisão de Conservação, da Diretoria de Manutenção; do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, em caráter provisório, enquanto não houver (ou houver insuficiência de) servidores ocupantes de cargos e empregos integrantes da lotação da Categoria Funcional de Economista.

Correlata com as referidas funções de acordo com o Decreto nº 75.818, de 4.6.75, publicado no Suplemento número 196 do Diário Oficial da União, de 9 de junho de 1975. — Procurador Mauricio Couto César, Diretor de Pessoal.

Diretoria de Pessoal

PORTARIAS DE 1 DE ABRIL DE 1976

O Diretor da Diretoria de Pessoal, usando das atribuições que lhe conferem os itens I, II, XVII e XVIII do artigo 93 do Regimento da Autarquia, aprovado pela Portaria Ministerial nº MT-36, de 13 de janeiro de 1975, da competência delegada pelo Diretor-Geral, através da Portaria nº 668, de 23 de abril de 1971, publicada no Diário Oficial da União, de 5 de maio de 1971, e de conformidade com o disposto no Decreto nº 75.818, de 4 de junho de 1975, resolve:

Nº 1.446 — Dispensar o Eng. Tarcílio Rezende de Andrade, matrícula nº 1.935.766, da Função Integrante das Categorias de Direção Intermediária, código DAI-111.1 (NS) de Chefe da Seção de Supervisão de Obras de Conservação Indireta, do Serviço de Supervisão Técnica, da Divisão de Conservação, da Diretoria de Manutenção, devendo o constante na presente portaria vigorar a 9 de março de 1976.

Nº 1.447 — Designar o Ag. Adm. Maria Luiza Alves Olivieri, matrícula nº 1.659-CLT para exercer a Função Integrante das Categorias de Direção Intermediária, código DAI — 111.1 (SA), de Chefe da Seção de Expediente, do Serviço Administrativo, da Divisão de Pedágio, da Diretoria de Trânsito.

Nº 1.448 — Dispensar a servidora Theresia Mogueira Alves, matrícula 2.105.512, da Função Integrante das Categorias de Direção Intermediária, código DAI-111.1, de Chefe da Seção

de Controle, do Serviço de Conservação Direta, da Divisão de Conservação, da Diretoria de Manutenção.

O Diretor da Diretoria de Pessoal, usando das atribuições que lhe conferem os itens I, II, XVII e XVIII do artigo 93 do Regimento da Autarquia, aprovado pela Portaria Ministerial nº MT-36, de 13 de janeiro de 1975, da competência delegada pelo Diretor-Geral, através da Portaria nº 668, de 23 de abril de 1971, publicada no Diário Oficial da União, de 5 de maio de 1971, e de conformidade com o disposto no Decreto nº 75.818, de 4 de junho de 1975, resolve:

Nº 1.450 — Dispensar a Desenhista Elza Denot Medeiros, matrícula 2.031.203, da Função Integrante das Categorias de Direção Intermediária, código DAI — 111.1, de Chefe da Seção de Coleta e Seleção de Informações, do Serviço de Informações de Pesquisas Rodoviárias, da Divisão de Informática Técnico Científica, do Instituto de Pesquisas Rodoviárias.

O Diretor da Diretoria de Pessoal, usando das atribuições que lhe conferem os itens I, II, XVII e XVIII do artigo 93 do Regimento da Autarquia, aprovado pela Portaria Ministerial número MT-36, de 13 de janeiro de 1975, da competência delegada pelo Diretor-Geral, através da Portaria nº 668, de 23 de abril de 1971, publicada no Diário Oficial da União, de 5 de maio de 1971, e de conformidade com o disposto no Decreto nº 75.818, de 4 de junho de 1975, resolve:

Nº 1.453 — Designar o Eng. Raimundo Mendes Barbosa de Lucena, matrícula nº 1.841-CLT, para exercer a Função Integrante das Categorias de Direção Intermediária, código DAI-111.1 (NS) de Chefe da Seção de Análise, do Serviço de Supervisão Técnica, da Divisão de Polícia Rodoviária Federal, da Diretoria de Trânsito.

O Diretor da Diretoria de Pessoal, usando da competência delegada pelo

Sr. Diretor-Geral, através da Portaria nº 668, de 23 de abril de 1971, publicada no Diário Oficial da União, de 5 de maio de 1971, resolve:

Nº 1.455 — Dispensar o servidor Osamundo Dario de Alcântara, matrícula 2.134.667, da função gratificada, símbolo 4-F, de Chefe da Seção de Cálculos, do Serviço de Atividades Auxiliares, da Divisão de Estudos e Projetos, da Diretoria de Planejamento, devendo o constante na presente portaria ser considerado efetivo, a partir de 30.9.75. — Procurador Mauricio Couto César.

EMPRESA DE PORTOS DO BRASIL S. A. — PORTOBRAS

Companhia Docas do Rio de Janeiro

PORTARIA DE 10 DE MARÇO DE 1976

O Diretor Presidente da Companhia Docas do Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 235, de 24 de maio de 1973, do Ministro dos Transportes, publicada no Diário Oficial da União de 7 de junho de 1973, (Seção I — Parte I), resolve:

Nº 1.837 — Conceder Aposentadoria — a partir de 19 de março de 1976, compulsoriamente, no Quadro de Pessoal — Parte Suplementar (EX-APRJ), do Ministério dos Transportes, com fundamento no Artigo 176, item I, da Lei nº 1.711, de 23 de outubro de 1952, combinada com os Artigos 101, item II e 102, item II, da Constituição da República Federativa do Brasil, ao Montador de Linhas Férreas, nível II-C, José Lemos Sobrinho, matrícula nº 4.793.

Nº 1.839 — Exonerar — a pedido, a partir de 1º de janeiro de 1976, Hassan Abido, Conferente, nível 13, matrícula nº 7.947, do Quadro do Pessoal — Parte Suplementar (EX-APRJ), do Ministério dos Transportes, de acordo com o artigo 75, item I, da Lei nº 1.711, de 23 de outubro de 1952. — Saulo Pires Viana

MINISTÉRIO DA FAZENDA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Retificações

No Diário Oficial da União (Seção I — Parte II), de 13.2.76, relativas a Portaria nº 67 assinada pelo Presidente em 2 de dezembro de 1975,

Página 759 — 9ª linha — 1ª coluna:

Onde se lê:

Art. 19 — A posse ocorrerá no prazo

Lê-se: Art. 19 — A falta de posse no prazo

14ª linha — 2ª coluna:

Onde se lê:

Art. 19 — A remoção poderá ser

Lê-se:

Art. 29 — A remoção poderá ser

23ª linha — 2ª coluna:

Horário da Redação

O Setor de Redação funciona, para atendimento do público, das 11 às 17 horas.

Dos Originais

As Repartições Públicas deverão entregar no Serviço de Comunicações do Departamento de Imprensa Nacional, até as 17 horas, o expediente destinado à publicação.

— Os originais para publicação, devidamente autenticados, deverão ser datilografados diretamente, em espaço dois, em papel acetinado ou apergaminhado, medindo no máximo 22 x 33 cm, sem emendas ou rasuras. Serão admitidas cópias em tinta preta e indelével, a critério do D.I.N.

— Os originais encaminhados à publicação não serão restituídos às partes, ainda que não publicados.

Reclamações

As reclamações pertinentes à matéria retribuída, nos casos de erro ou omissão, deverão ser formuladas por escrito ao Setor de Redação, até o quinto dia útil subsequente à publicação.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL**EXPEDIENTE**

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

DIRETOR DA DIVISÃO DE PUBLICAÇÕES

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DO SERVIÇO EDITORIAL

MARIA LUZIA DE MELO

DIÁRIO OFICIAL**SEÇÃO I - PARTE II**

Órgão destinado à publicação dos atos da administração descentralizada (Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional)

BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONÁRIOS	
Semestral	Cr\$ 85,00	Semestral	Cr\$ 65,00
Anual	Cr\$ 165,00	Anual	Cr\$ 125,00
<i>Exterior</i>		<i>Exterior</i>	
Anual	Cr\$ 240,00	Anual	Cr\$ 195,00

PORTE AÉREO

A ser contratado separadamente com a Delegacia Regional da E.C.T. (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) em Brasília.

NUMERO AVULSO

- O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.
- O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,50 por ano, se de exercícios anteriores.

Assinaturas

— As assinaturas para o exterior serão anuais.

— As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.

— Para evitar interrupção na remessa dos órgãos oficiais, a renovação de assinatura deve ser solicitada com trinta (30) dias de antecedência.

— As assinaturas das Repartições Públicas serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de março.

— Os Suplementos às edições dos órgãos oficiais só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.

— Os pedidos de assinaturas, de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

Remessa de Valores

A remessa de valores deverá ser feita mediante Ordem de Pagamento, por cheque, através do Banco do Brasil, a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional, acompanhada de esclarecimentos quanto à sua aplicação.

Onde se lê:
ção em cidade diversa daquela em
leia-se:
da em cidade diversa daquela em
art. 42 — 2ª linha — 4ª coluna:

Onde se lê:
retardada por ausências que onerem
leia-se:
retardada por ausências que onerem

**MINISTÉRIO
DA AGRICULTURA****SUPERINTENDÊNCIA
NACIONAL
DO ABASTECIMENTO**

PORTARIA Nº 135, DE 2 DE ABRIL
DE 1976

O Superintendente da Superintendência Nacional do Abastecimento ... (SUNAB), no uso de suas atribuições legais, resolve:

Dispensar João de Araújo Silva, dos encargos de Chefe da Seção de Serviços Gerais e Transportes da Divisão de Administração da Delegacia desta Superintendência no Estado de Alagoas para os quais foi designado pela Portaria SUNAB nº 647 de 19 de setembro de 1972, publicada no Diário Oficial da União de 14-9-72. — Rubem Nê Wolfe

**SUPERINTENDÊNCIA
DO DESENVOLVIMENTO
DA PESCA**

PORTARIAS DE 7 DE ABRIL
DE 1976

O Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca — SUDEPE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 10, inciso X, do Decreto número 73.632, de 13 de fevereiro de 1974, e tendo em vista o disposto no artigo 12, do

Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967, resolve:

Nº 40 — Delegar competência ao Doutor Nelson Afonso Filho, Médico-Veterinário, Coordenador da Segunda Região, com sede em Belém — Pará, para, no interesse do serviço e obedecendo as formalidades legais, praticar os seguintes atos:

1 — Estabelecer medidas de ordem administrativa necessárias à perfeita execução dos trabalhos atribuídos a Coordenação inclusive, fiscalização, administração de pessoal, material e patrimônio, finanças e contabilidade, comunicação e transporte.

2 — Executar aquisição de material, execução de obras e serviços, após cumpridas as formalidades do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967, até o limite de "Convite" ad referendum do Diretor do Departamento de Administração.

3 — Realizar tomada de preços e concorrência após autorização do Órgão Central de Administração.

4 — Propor ao Órgão Central de Administração a locação de imóveis e de serviços de assistência técnica e de manutenção de máquinas e equipamentos.

5 — Propor baixa e alienação de bens.

6 — Requisitar passagens para viagens em objeto de serviço na respectiva área da jurisdição.

7 — Conceder quinquênios, salário-família e diárias, auxílio-doença, sujeito, cada ato, a homologação do Departamento de Pessoal.

8 — Ordenar pagamento de vencimentos, diárias, e outras vantagens a que façam jus os servidores lotados na Coordenação e demais despensas do Órgão, ad referendum da autoridade competente.

9 — Conceder as licenças previstas no capítulo 4º, Seção I, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, submetendo cada ato à posterior homologação do Diretor do Departamento de Pessoal.

10 — Ordenar as despesas na área de sua competência, observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras.

11 — Conceder suprimentos para atender a despesas milúdas de pronto pagamento, observada a legislação em vigor.

12 — Movimentar nas Agências do Banco do Brasil as contas da Autarquia de depósitos vinculados a Coordenação, em conjunto com o responsável pelo GADM.

O Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca — SUDEPE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 10, inciso X, do Decreto número 73.632, de 13 de fevereiro de 1974, resolve:

Nº 41 — I — Conceder licença, a partir do 27 de fevereiro de 1976, a Fernando Flamboy da Cruz do encargo de Delegado Regional no Estado do Pará.

II — Revogar a Portaria número 39, de 17 de janeiro de 1976, publicada no Diário Oficial da União de 26 subsequente.

Nº 42 — Decretar a suspensão, temporária, de acordo com o artigo 176, item I, combinado com os artigos 181 e 187 de Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, e observado o item II do artigo 132 da Constituição.

A partir de 11 de janeiro de 1976, Francisco dos Reis, matrícula número 2.000.713, no cargo de Guarda, nível 10-B, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente da SUDEPE, — (Processo número 5.170-75). — José Luiz Guimarães.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CULTURA****ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA**

PORTARIAS DE 31 DE MARÇO DE 1976

O Diretor da Escola Paulista de Medicina, de acordo com o artigo 4º, item II, do Decreto nº 75.656, de 21 de abril de 1975, resolve:

Nº 95 — Designar Paulo Xavier de Moraes Leme, bacharel em Direito, para exercer a função de confiança de Procurador Geral, Código

Nº 96 — Designar Domingos Luiz Braga Neto, Técnico de Administração, para exercer a função de confiança de Diretor do Departamento de Administração, Código I.T.-DAS.101.1, da Tabela Permanente desta Autarquia. — José Carlos Prates

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 7, DE 5 DE JANEIRO
DE 1976

O Sub-Reitor de Pessoal e Serviços Gerais, no uso de suas atribuições resolvo:

Dispensar Angelo Manoel Moreira da Rocha, Assistente de Administração, AP-802-16.B, da Parte Permanente do Quadro Único de Pessoal desta Universidade, da função gratificada de Assessor Técnico, símbolo 3-F, da Escola de Engenharia, a partir de 13 de novembro de 1975. — Chafiz Haddad, Sub-reitor.

PORTARIA Nº 179, DE 31 DE
MARÇO DE 1976

O Sub-Reitor de Pessoal e Serviços Gerais, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Retificar os termos da Portaria número 611, de 11-11-1975, publicada no Diário Oficial de 5-12-1975, para designar Iris da Gama Barcellos, agregada na função de Chefe da Seção de Ensino, símbolo 3-F, para substituto eventual do Secretário (Chefe de Secretaria), símbolo 2-F, da Faculdade de Educação, prevista no Decreto número 60.455-67. — Chafiz Haddad.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PORTARIA Nº 519, DE 24 DE
MARÇO DE 1976

O Reitor da Universidade Federal da Bahia, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, do Decreto número 72.912, de 10 de outubro de 1973, resolve:

Designar Ana Célia Montenegro Nascimento, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, SA-801.4, Classe "C", do Quadro Permanente da Universidade Federal da Bahia, para exercer a função de Chefe do Serviço de Apoio Administrativo DAI-111.2, da Escola de Nutrição, constante do Decreto nº 76.726, de 2 de dezembro de 1975, a partir desta data. — Augusto da Silveira Muscarelhas

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 25-76-GR. DE 18 DE
FEVEREIRO DE 1976

O Reitor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Proc. nº 873-76, resolve:

Designar a Desenhista Maria Nilza Gonçalves de Freitas, vinculada ao regime jurídico da C.L.T., para, em caráter excepcional, substituir eventualmente a Chefe da Seção de Processamento e Estatística, Símbolo 5-F, da Divisão de Programação e Processamento da Diretoria de Registro e Controle Acadêmico desta Universidade. — Prof. Humberto Carneiro.

PORTARIA Nº 35-76, DE 24 DE
MARÇO DE 1976

O Reitor da Universidade Federal Rural de Pernambuco no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o processo número 1.374-76, resolve:

Dispensar, a pedido, a partir de 1 do corrente mês, Alda Pinto da Silva, servidora estadual, presta a disposição desta Universidade da Função Gratificada, símbolo 4-F, de Chefe da Seção de Expediente da Procuradoria Geral desta Universidade. — Humberto Carneiro.

PORTARIA Nº 38-76, DE 6 DE ABRIL DE 1976

O Reitor da Universidade Federal do Engenheiro Agrônomo Leonardo Rural de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nomear, na forma do item III, do artigo 12, da Lei número 1.711-52,

cando proibida a subdelegação deste instrumento. — Maria Alzir Diógenes

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL

Departamento do Pessoal
PORTARIAS DE 3 DE MARÇO
DE 1976

A Diretoria do Departamento de Pessoal, no uso das atribuições de suas funções, resolve:

Nº 1 — Delegar competência ao Superintendente Regional de São Paulo;

Nº 2 — Delegar competência ao Superintendente Regional de Alagoas;

Nº 3 — Delegar competência ao Superintendente Regional de Pernambuco;

Nº 4 — Delegar competência ao Superintendente Regional do Rio de Janeiro;

Nº 5 — Delegar competência ao Superintendente Regional de Minas Gerais; para dar posse aos servidores designados para o exercício de funções do Grupo DAI-110 — Direção e Assistência Intermediárias do Quadro Permanente deste Instituto, integrantes do Decreto nº 76.911, de 26 de dezembro de 1975, publicado no Suplemento nº 250 do Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 1975, ti-

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

PORTARIAS DE 16 DE MARÇO
DE 1976

O Diretor do Pessoal e Assuntos Internos do Instituto Brasileiro do Café, usando das atribuições que lhe confere a Portaria P. 60-75, de 15-12-75, resolve:

Nº 126 — Designar o funcionário Namir Mendes de Souza, nível 10, Comercialização de Café, nível 16, para exercer a função gratificada de Encarregado do Armazém de Carangola, subordinado à Agência de Belo Horizonte, símbolo 13-F.

Nº 127 — Aposentar o funcionário Manoel Gremias Pereira, Guarda, nível 8, lotado na Agência de Goiânia, de acordo com os artigos 101, inciso I e 102, inciso II, da Constituição Federal, mediante a percepção dos proventos proporcionais a 15 (quinze) anos de serviço, a razão de 1/30 (um trinta e cinco avos) por ano, calculados sobre os vencimentos do nível 8, acrescido de 2 (dois) quinquênios, na base de 10% (dez por cento) e de 1/30 (um trinta avos) por ano, da ul-

tima gratificação percebida por ser o cargo extraordinário, vinculado ao plano integral. — José Carlos da Fonseca

PORTARIAS DE 22 DE MARÇO
DE 1976

O Presidente da Diretoria do Instituto Brasileiro do Café, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nº 18 — Exonerar, a pedido do Quadro de Pessoal desta Autarquia o funcionário Douglas Gianordoli Santos, Fiscal de Comercialização de Café, nível 16, lotado na Administração Central.

Nº 19 — Exonerar, a pedido, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, o funcionário Walter Marques Classificador Provalor de Café, nível 13, lotado na Agência de São Paulo.

Nº 20 — Exonerar, a pedido, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, o funcionário Odair Custódio dos Santos, Auxiliar de Portaria, nível 8, lotado na Agência de Santos. — Camilo Calvano de Magalhães

Mem. nº 30-76 — Ag. Nacional

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CIRCULAR Nº 13, DE 23 DE
MARÇO DE 1976

O Superintendente da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) na forma do disposto no artigo 36, alínea "c", do Decreto-lei nº 73, de 31 de novembro de 1966;

Considerando o proposto pelo Instituto de Resseguros do Brasil, através do ofício DETRE nº 698, de 9 de fevereiro de 1976, e o que consta do Processo SUSEP nº 182.179176, resolve:

1. Aprovar nova redação para o item 2 do artigo 7.º — Descontos por Frota, da Tarifa de Seguro Facultativo de Responsabilidade Civil de Proprietários de Veículos Automotores de Vias Terrestres (Circular número 13, de 19 de março de 1970), conforme abaixo:

"3. — Para efeito do disposto no item anterior, entende-se por frota o conjunto de cinquenta ou mais veículos, segurados na mesma Seguradora, por apólices emitidas em nome de uma única pessoa física ou jurídica, podendo ser incluídos nas mesmas, veículos de seu pessoal dirigente e empregados ou firmas comprovadamente subsidiárias do segurado principal."

2. Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. — Alpheu Amaral.

CIRCULAR Nº 17, DE 29 DE
MARÇO DE 1976

O Superintendente da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) na forma do disposto no artigo 36, alínea "c", do Decreto-lei nº 73, de 31 de novembro de 1966;

Considerando o proposto pelo Instituto de Resseguros do Brasil, através do ofício DETRE nº 080, de 4 de fevereiro de 1976, e o que consta do Processo SUSEP nº 182.398-76, resolve:

1. Aprovar nova redação para o item 2 da Cláusula nº 16-A Cláusula Especial Aplicável ao Segurado de Casco de Helicóptero (Circular número 7, de 12 de fevereiro de 1975), conforme abaixo:

"2. — Fica entendido e concordado que, tratando-se de helicópteros, não se aplicam ao presente seguro as restrições da alínea "g", do subitem 2.2.3. do item 2 Prejuízos Não Indenizáveis e

EXPORTAÇÃO TEMPORÁRIA

PRODUTOS NACIONAIS REGULAMENTO

Divulgação nº 1.079

PREÇO: Cr\$ 0,30

A VENDA

Na Cidade do Rio de Janeiro

Posto de Venda — Sede: Av. Rodrigues Alves, 1

Posto de Venda I: Ministério da Fazenda

Posto de Venda II: Palácio da Justiça, 3º pavimento —

Corredor D — Sala 311

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

Em Brasília

Na sede do D.I.N.

o disposto no subitem 4.1.2, do item 4 — Fenda Total, das Condições Especiais do Aumento A. R. 1974, porém, estabelecendo que, em caso de sinistro, a responsabilidade de absoluta emergência, conforme definida na seção 2, acima citada, não será imputável ao preterito quando o local utilizado não apresentar as condições técnicas mínimas de segurança para a operação de máquinas de tipo de rotação.

3. Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. — Alphonse Amaral.

CIRCULAR Nº 18, DE 30 DE MARÇO DE 1976

O Superintendente do Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) no âmbito do disposto no artigo 38, inciso III, do Decreto-lei nº 73, de 31 de novembro de 1966:

Atendendo ao proposto pelo Instituto de Seguros do Brasil e considerando o que consta do Processo SUSEP nº 10.861-74, resolve:

1. Aprovar as seguintes alterações à Tarifa de Seguro de Responsabilidade Civil decorrente da Extinção, Conservação e Lucro de Imóveis, Elevadores e Escadas Rotativas.

a) dar nova redação para a observação contida no item 1) (Anexo), conforme abaixo:

"Em casos de prédios mistos residencial e/ou comercial e/ou público) deverão ser adotadas as normas previstas para imóvel comercial".

b) alterar no item 2) (Elevadores) o disposto acima.

2. Esta Circular entra em vigor 60 (sessenta) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário. — Alphonse Amaral.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

OGC — MF — 33.633.016

(*) BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1975

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO		PASSIVO	
DISPONÍVEL		DEBÍTO	
Caixa	2.671.472,34	Capital	6.000.000.000,00
Bancos	84.477.987,92	Reservas	3.183.933.774,81
REALIZÁVEL		Provisões	1.121.735.443,78
Financiamentos e Refinanciamentos	57.244.377.322,23	EXIGÍVEL	
Títulos e Valores Mobiliários	11.709.238.297,20	Corporações, Soc. por Sistema	3.013.094.135,28
Depósitos no Fundo de Reservas	3.243.705,24	Depósitos	
Indevidos para Venda	135.183.118,84	Do Entidade do Sistema	228.016.817,29
Participações Capital Especiais	19.190.229,70	Do F.B.T.S.	40.412.925.151,68
Participações p/c do FCBLE	2.611.217.379,74	Do Fundo de Amort. Liquidação FCBLE	1.871.150.031,70
Diversos	67.579.781,74	Do C.A.S. Garantias	931.059.427,62
	67.579.781,74	Outras Depósitos	566.970.411,13
INVESTIMENTO		Créditos p/ FCBLE, FCBLE, FCBLE	720.678.601,51
Indevidos	349.119.789,67	Entradas Inadimplidas do B.H.H.	328.697.574,21
Equipamentos e Instalações	29.410.401,80	Provisões para Imposto de Renda	300.000.000,00
Material Permanente	10.123.415,91	Créditos Diversos	58.004.019,46
	388.653.607,38		84.024.593.246,94
RESULTADO EXERCÍCIO	318.794.990,72	RESULTADO EXERCÍCIO	2.407.150.227,78
CONTAS DE CONTAÇÃO	67.485.240.002,34	CONTAS DE CONTAÇÃO	67.485.240.002,34
	136.279.898.409,12		136.279.898.409,12

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁVEIS OPERACIONAIS

30 SEMESTRE DE 1975

VARIÁVEIS ATIVAS		VARIÁVEIS PASSIVAS	
VARIÁVEIS ATIVAS		VARIÁVEIS PASSIVAS	
RECEITAS PATRIMONIAIS		DEBÍTO DE CUSTEIO	
Receitas Imobiliárias	85.542,30	Passivos	325.388.077,35
Receitas de Valores Mobiliários	366.500.562,84	Material do Consumo	5.307.585,03
Receitas de Financiamentos Concedidos	1.539.291.786,78	Burgalho de Terceiros	301.451.987,08
Outras Receitas Patrimoniais	10.202,94	Encargos Diversos	2.143.675,72
	3.941.542,86	Despesas de Exercícios Anteriores	242.647,97
RECEITA DE SERVIÇOS OPERACIONAIS		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
Receita de Natureza Financeira	2.189.847,60	Subsídios Econômicos	6.462.256,18
Receita de Natureza Administrativa	451.965.279,08	Contribuições da Natureza Social	42.796.266,70
Receita de Natureza Técnica	30.967.116,86	Outras Transferências Correntes	699.765,02
Receita de Natureza Especial	371.529,72		49.947.227,98
RECEITAS DIVERSAS		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	
Multas e Penas por Inadimplência	320.561.680,19	Despesas de Capitais em Depósitos	
Indenizações e Restituições	607.946,73	Juros Creditados ao FCB	2.080.950.189,30
Anulação de Despesas de Exerc. Anteriores	4.082.909,49	Juros de Outras Depósitos	38.931.988,12
Outras Receitas Diversas	2.703.061,28	Despesas de Valores Mobiliários	3.466.672,32
	327.953.597,69	Despesas de Financiamentos Externos	11.670.011,21
VARIÁVEIS EXTERNO-OPERACIONAIS		VARIÁVEIS EXTERNO-OPERACIONAIS	
Variáveis p/ Amortização do Material	9.006.958,83	Juros Devidos aos Bancos, Soc. por Sistema	32.097.682,01
Variáveis p/ Amortização do FCBLE, Condições	10.967.933,35	Variáveis p/ Consumo do Material	1.877.379,15
Variáveis p/ Amortização do FCBLE, Condições	65.800.175,68	Reservas p/ Depósitos	16.360.674,78
Reserva p/ Amortização do FCBLE	1.119.952,78	Depósitos p/ Amortização do FCBLE	75.150.000,00
Variáveis p/ Amortização do FCBLE, Condições	1.070.343,19	Outras Variáveis	9.077.875,05
Outras Variáveis	9.510.890,09		134.960.922,85
	2.609.208.346,91		2.609.208.346,91

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1975

WALDEMAR SERRAVALLO
Presidente

ANTONIO LUIZ LOPES DE VASCONCELOS
Diretor

ANTONIO LUIZ LOPES
Diretor

WALDEMAR SERRAVALLO
Diretor

ALBERTO CARLOS DE AZEVEDO KUHNS
Diretor

ANTONIO LUIZ LOPES DE VASCONCELOS
Diretor

ANTONIO LUIZ LOPES
Diretor

ANTONIO LUIZ LOPES
Chefe do Departamento de Administração e de Contabilidade - Contador - CRC-RJ-1442

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TELEBRASILIA

Telecomunicações de Brasília S.A.

EMPRESA DO GRUPO TELEBRÁS

C.G.C. 00.058.578/001

RELATÓRIO DA DIRETORIA - 1975

Senhores Acionistas:

A Telecomunicações de Brasília S.A. — TELEBRASILIA, até 26.3.75, denominada Cia. de Telecomunicações de Brasília — COTELB, expandiu-se acentuadamente durante o ano de 1975.

Através do aumento do número de terminais, aperfeiçoamento dos serviços e expansão de sua área de ação a TELEBRASILIA vem acompanhando e, até mesmo, se antecipando ao desenvolvimento da região sócio-geo-econômica em que opera. Conforme foi prometido em 1974, a empresa executou o Plano de Emergência para 1975. Cidades satélites a Brasília podem hoje comunicar-se com o país graças à instalação, em tempo recorde, de mais 2.700 novos terminais.

A empresa investiu, no ano anterior, Cr\$ 397 milhão, o que representa um acréscimo de 191% sobre os investimentos realizados em 1974.

Está prevista, para 1976, a aplicação de recursos ainda maiores visando-se, essencialmente, ao fornecimento de maiores e melhores serviços ao usuário.

Esses investimentos somente são possíveis em virtude da excelente performance econômico-financeira da TELEBRASILIA. Seu lucro líquido, em 1975, aumentou em 220%, tornando-a uma das empresas mais rentáveis do Grupo TELEBRÁS.

Através da leitura de nossos demonstrativos financeiros e exposição das atividades desenvolvidas no exercício de 1975, o acionista terá nas mãos um quadro mais completo do desempenho da empresa e suas perspectivas para 1976.

Gostaríamos de registrar que os êxitos alcançados em 1975, são devidos, principalmente, ao trabalho e dedicação dos funcionários da TELEBRASILIA.

ARENO PIRES
Presidente

Desempenho no Exercício

Durante o exercício de 1975, a administração da Telecomunicações de Brasília S.A. — TELEBRASILIA esteve voltada principalmente para a adequação do sistema telefônico às crescentes necessidades da capital da República e cidades circunvizinhas. Foi executado no período um plano de Emergência, com a instalação, em tempo recorde, de mais 2.700 terminais, enquanto os fabricantes dos equipamentos ultimam as providências para a implantação dos 72.029 terminais contratados em 1974. Por determinação do Ministério das Comunicações, a empresa passou a operar também o serviço telefônico de três cidades de Goiás e duas da Minas Gerais. O faturamento de 1975, foi de Cr\$ 331.400.000,00, superior em 52% ao de 1974.

A atual denominação social da empresa foi aprovada na Assembleia realizada em 26.3.75, em substituição à antiga Companhia de Telecomunicações de Brasília — COTELB.

RESULTADO ECONÔMICO-FINANCEIRO

CAPITAL SOCIAL

Foi adotado na TELEBRASILIA o regime de Capital autorizado, fixado em Cr\$ 1 Bilhão e dividido em igual número de ações de Cr\$ 1,00.

O capital integralizado, que em 1974, era de Cr\$ 318 milhões, passou a Cr\$ 501 milhões, correspondendo a uma evolução de 58%, ou 183 milhões, mediante a incorporação das seguintes veiculações:

Telecomunicações Brasileiras S.A. — TELEBRÁS	Cr\$ 58.096.622
Contribuições para Expansão	42.217.946
Bonificações	82.419.413
Incorporação da Central Telefônica de Unai-MG	265.949
Subscrições diversas	70
TOTAL	Cr\$ 183.000.000

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO

ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS	AÇÕES PREFERENCIAIS	PERCENTUAL		
			Sobre ORD.	Sobre PREF.	Sobre o TOTAL
TELEBRÁS	250.699.779	22.784.385	62,9	22,2	54,7
GDF	140.646.126	1.857.760	35,2	1,9	23,6
NOVACAP	6.854.222	167.194	1,7	0,2	1,3
S. R. B.	232.972	111.323	0,1	0,1	—
OUTROS	2.096	7.927	—	—	—
ASSINANTES	—	77.361.767	—	75,7	15,1
INCORPORAÇÃO DA TELEFÔNICA DE UNAI	255.919	—	0,1	—	—
TOTAL	398.393.741	102.303.255	100,0	100,0	100,0

INVESTIMENTOS

O valor de Cr\$ 397 milhões relativo a investimentos realizados em 1975 demonstra um aumento de 191% sobre o ano precedente. Para 1976, estão previstos investimentos da ordem de Cr\$ 414 milhões.

A evolução do Imobilizado, atualmente de Cr\$ 746,2 milhões, revela um crescimento de 114% sobre o saldo de 1974.

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Cr\$ 1.000

ANO	VALOR	ÍNDICE	% SOBRE ANO ANTERIOR
1971	59.594	100	-0-
1972	47.124	79	+ 21
1973	51.043	85	+ 8
1974	137.438	230	+ 160
1975	397.000	672	+ 191

EVOLUÇÃO DO IMOBILIZADO

Cr\$ 1.000

ANO	VALOR	ÍNDICE	% SOBRE ANO ANTERIOR
1971	170.000	100	-0-
1972	212.000	124	+ 24
1973	258.000	151	+ 21
1974	349.000	205	+ 35
1975	746.200	441	+ 114

LIQUIDEZ GERAL

Cr\$ 1.000

ANO	DISPONÍVEL + REALIZÁVEL	EXIGÍVEL	ÍNDICE
1971	47.780	147.663	0,32
1972	70.780	202.789	0,35
1973	91.200	110.200	0,82
1974	103.775	63.973	1,68
1975 (1)	108.154	133.477	0,81

(*) O índice de 1975 foi afetado pela mudança da classificação contábil no Balanço Geral, da conta de Almoxarifado (material vinculado a obra), transferida em 1975 do Grupo Realizável a Longo Prazo para o Imobilizado (obras em andamento). Não levando em conta esta classificação, o índice seria de 1,60.

LUCROS E PERDAS

As despesas operacionais deste exercício sofreram acréscimo de Cr\$ 40,5 milhões em relação ao anterior, sendo que deste montante Cr\$ 9 milhões referem-se à depreciação acelerada.

Apesar deste aumento, o Lucro Líquido apurado em 1975, ultrapassou o de 1974 em 220%, conforme demonstram os indicadores abaixo:

EVOLUÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

Cr\$ 1.000

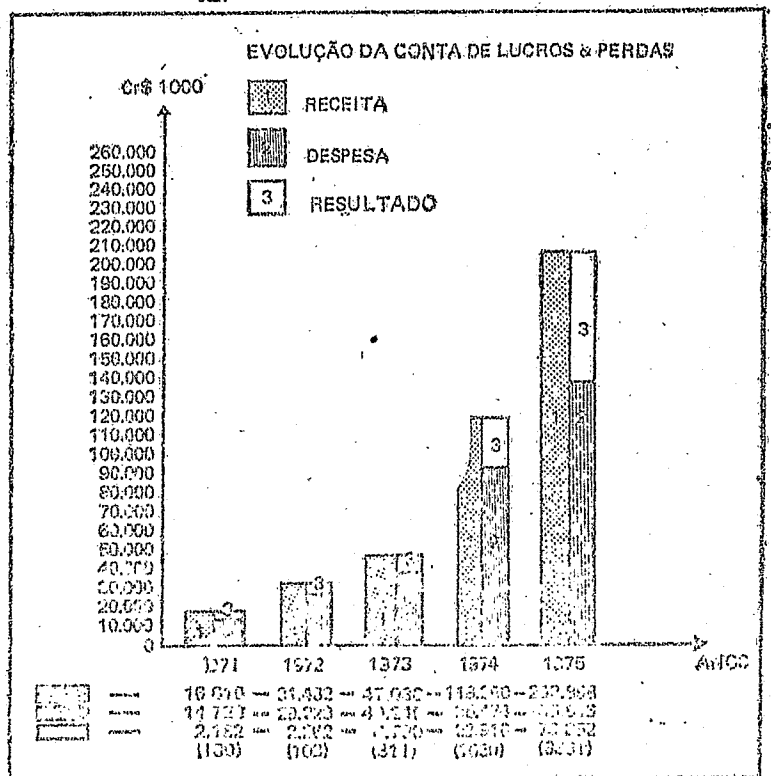
ANO	VALOR	ÍNDICE Base	% Sobre o ano Anterior
1971	2.182	100	—
1972	2.232	103	03
1973	6.790	311	200
1974	22.016	1.050	237
1975	73.369	3.361	220

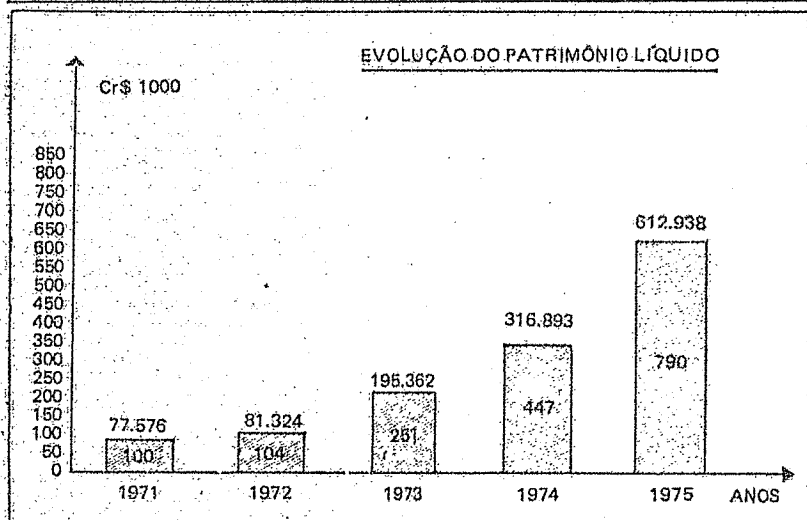
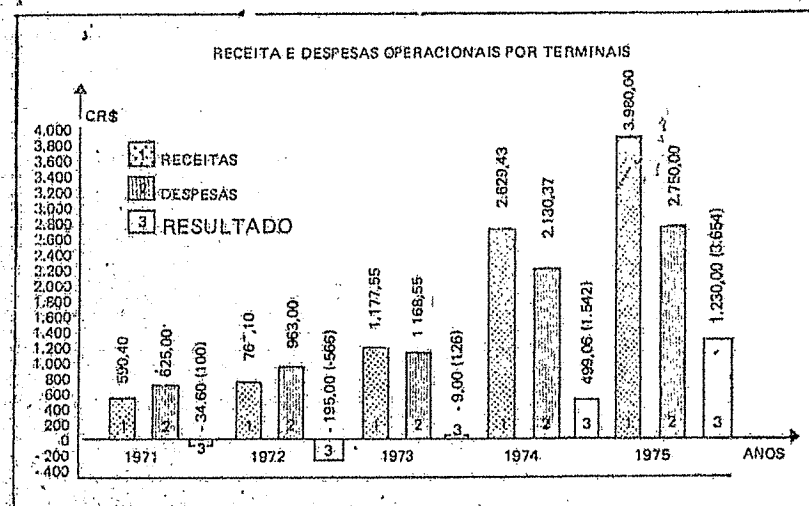
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Cr\$ 1.000

ANO	VALOR	Índice Base	% Sobre o ano Anterior
1971	77.576	100	—
1972	31.324	104	003
1973	195.382	251	140
1974	346.893	447	077
1975	612.938	790	076

Os quadros acima demonstram a evolução nos últimos cinco anos do Lucro Líquido em 3.361% e do Patrimônio Líquido em 790%. Como se constata, a rentabilidade do ano de 1975, foi a maior do período analisado, tendo como causa principal o ganho de eficiência da Empresa, que resultou em ótimo desempenho operacional, com redução relativa dos custos e aumento da Receita pela melhor utilização da planta e dos recursos disponíveis.



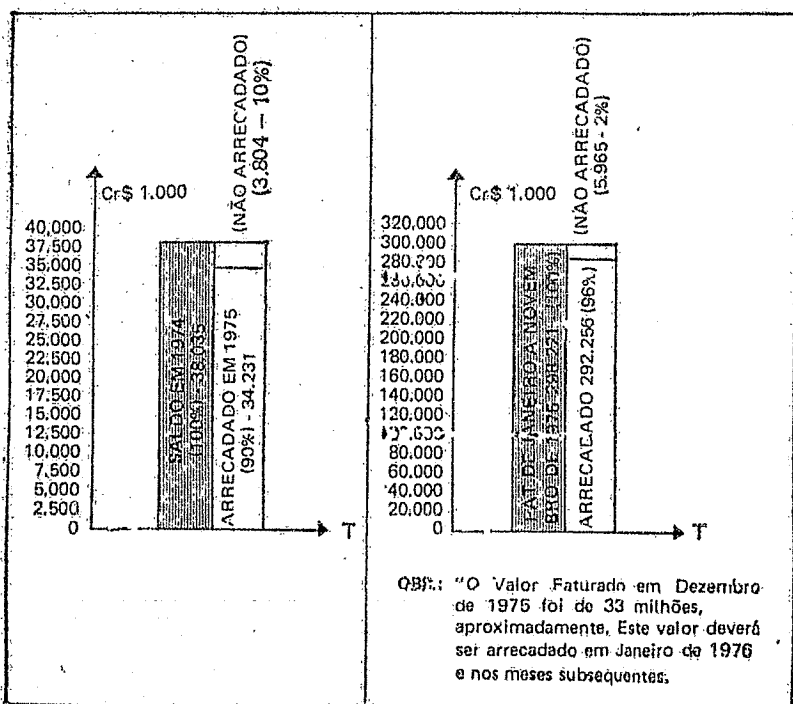


DIVIDENDOS E BÔNIFICAÇÕES

Durante o exercício foram pagos aos acionistas 6% de dividendos (12.238.573) e 25% de bonificações em ações (82.419.413), num total de Cr\$ 94.657.986,00, beneficiando todos os acionistas até 31/12/74 e 31/01/75 respectivamente. Em 1975 foram entregues 6.431 cautelas aos acionistas, contra 1.392 no exercício anterior.

Contas a Receber

O faturamento de 1975 foi da ordem de Cr\$ 331,4 milhões, superando 1974 em 52%. O prazo médio de recebimento de contas foi reduzido de 47 para 37 dias. Em consequência, 98% das contas vencíveis em 1975 foram arrecadadas, no próprio exercício.



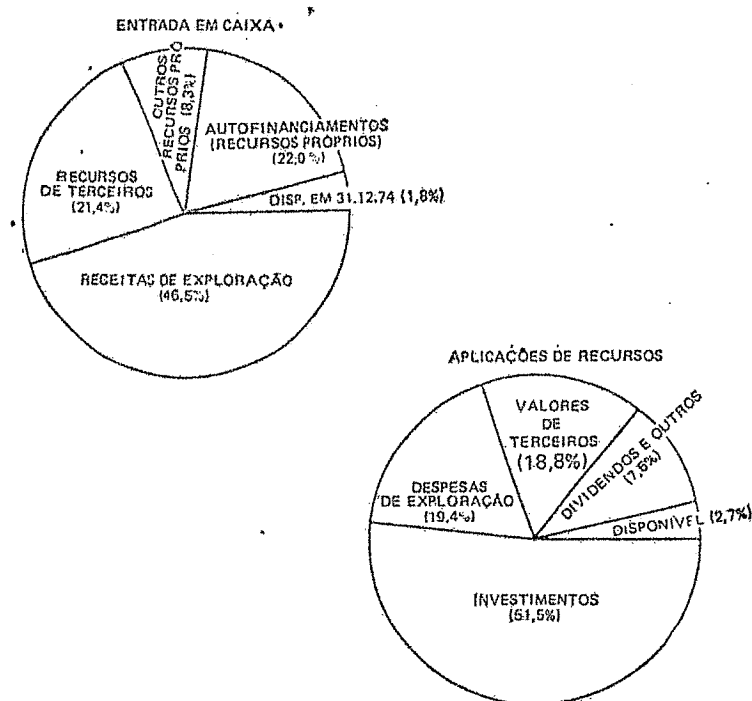
UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS

Os gráficos abaixo retratam a administração de recursos financeiros colocados à disposição da Companhia. O montante global destes recursos "entradas" e "saídas" de caixa, incluindo o saldo no início e no fim do exercício atingiu a soma de Cr\$ 668 milhões, sendo que deste montante 51,5% ou Cr\$345 milhões foram aplicados em INVESTIMENTOS, objetivando atender o plano de desenvolvimento da TELEBRÁSILIA.

DEMONSTRATIVOS DAS APLICAÇÕES

a) Plano de Expansão	Cr\$ 345 milhões
b) Despesas de Exploração	Cr\$ 129
c) Valores de Terceiros (Funtel, Embratel, Outros)	Cr\$ 126
d) Dividendos e Outros	Cr\$ 51
e) Disponível	Cr\$ 17
TOTAL	Cr\$ 668 milhões

FLUXO DE ENTRADA E APLICAÇÕES DE RECURSOS



Rede Externa

A rede externa recebeu mais 174,5 kmXboca de canalização em concreto e PVC e, 50.600 kmXpar de cabos ampliação em cerca de 31.159 pares as disponibilidades que correspondem a um acréscimo de 63% em relação ao ano de 1974, distribuídas do seguinte modo:

rede interna	16.969 pares
rede primária	8.202 pares
rede secundária	5.988 pares
TOTAL	31.159 pares

Esses dados correspondem aos primeiros resultados dos contratos assinados com empreiteiros de construção de canalização e instalação de cabos, bem como a serviços realizados pela própria Companhia, a quem foram destinados 20% do total dos serviços previstos de redes, de acordo com diretrizes da TELEBRÁS.

A fim de permitir a ativação dos novos terminais em instalação, prevê-se a necessidade de ampliação da rede telefônica em cerca de 700 kmXboca e 280.000 kmXpar, respectivamente, em canalização e cabos telefônicos.

O PLANO DE EMERGÊNCIA

O Plano de Emergência, realizado em 1975, beneficiou as seguintes áreas:

LOCAL	TERMINAIS
Planaltina	180
Brazlândia	120
Sobradinho	600
Gama	600
Guará	600
Península Norte	300
MSPW	300
TOTAL	2.700

Dentro do Plano de Emergência, foram, ainda, instalados 11.760 Canais/km em um sistema de rádio em UHF, ligando Brasília aos locais acima, exceto a Península Norte.

O PLANO DE EXPANSÃO

Continuaram os trabalhos de instalação dos terminais contratados em exercícios anteriores, os quais, em sua maioria entrarão em serviço em 1976, a partir do início do ano, distribuídos da seguinte maneira:

LOCAL	INSTALADOS	EXPANSÃO
Centro	20.800	20.800
Sul	20.000	10.000
P. Sul	2.000	3.000
Norte	5.200	10.400
Taguatinga	5.200	10.400
N. Bandeirante	—	2.000
Gama	600	2.000
SIA	—	7.000
Guará	600	3.000
Sobradinho	600	2.080
Planaltina	180	1.040
Brazlândia	120	300
PENINSULA NORTE	300	—
MSPW	300	—
TOTAL	55.900	72.020

Foi concluída a instalação e colocada em serviço, em dezembro do corrente ano, a estação TANDEM local, com 4.500 troncos, de fabricação ERICSSON.

No período, visando a expansão e melhoria dos serviços telefônicos, foram celebrados 52 contratos no valor de Cr\$ 111.200.000,00, aproximadamente, envolvendo prestação de serviços, fornecimento e instalação de equipamentos, etc., inclusive equipamentos de rádio digital, na faixa de SHF, destinados a substituição do atual sistema em UHF, com um total de 1.490.760 Canais x km.

Serviços do Interior

Cumprindo determinação do Ministério das Comunicações, a TELEBRASILIA passou a implantar e operar serviços telefônicos em cidades do interior de Minas Gerais e Goiás, situadas na área de influência sócio-geo-econômica do Distrito Federal.

Em 1975 a situação de terminais nessas cidades, estava assim distribuída:

ESTADO	CIDADE	INSTALADOS	EM SERVIÇO	VAGOS
Goiás	Cristalina	100	100	—
	Luziânia	600	579	21
	Formosa	360	260	100
Minas Gerais	Unaí	200	200	—
	Paracatu	400	395	05
SOMAS		1.660	1.534	126

Sistema Interurbano do Interior

As ligações interurbanas com as cidades do interior são mantidas através do sistema rádio (UHF), cuja manutenção está à cargo da TELEBRASILIA.

Em dezembro de 1975 era o seguinte o número de canais de voz em atividade:

LOCALIDADE	INÍCIO DE ATIVIDADES	No. DE CANAIS EM DEZEMBRO/1975
Cristalina	AGO/75	05
Luziânia	JAN/75	18
Formosa	JAN/75	12
Unaí	JUN/75	12
Paracatu	OUT/75	11
TOTAL		58

Apesar do número de canais em atividades, o tráfego originado nessas cidades atingiu as metas esperadas pela Empresa, com um percentual alto de chamadas completadas a seguir demonstrado:

LOCALIDADE	CHAMADAS REGISTRADAS	COMPLETADAS	% COMPLETADAS
Cristalina	7.444	6.392	85,9
Luziânia	21.016	17.712	84,2
Formosa	22.705	19.637	86,5
Unaí	24.806	21.047	84,8
Paracatu	11.726	9.900	84,4
TOTAL	87.697	74.688	85,2

Telefones Públicos

A fim de oferecer maiores facilidades nas comunicações telefônicas à população do Distrito Federal, a TELEBRASILIA vem dando especial atenção aos Postos Telefônicos, proporcionando maior conforto aos usuários e oferecendo ligações urbanas, interurbanas em 18 postos localizados no Plano Piloto, Cidades Satélites e algumas cidades do interior de Minas Gerais e Goiás.

Além dos Postos Telefônicos, a TELEBRASILIA possui instalados em locais públicos 388 telefones tipo moedeiro e prevê para 1976 a instalação de mais 300, visando oferecer cada vez mais prestação de serviço público à população da Capital.

ANO	QUANTIDADE ACUMULADA
1973	129
1974	293
1975	388
1976	688 (*)

(*) Previsão.

Telefonia Móvel

Implantado a partir de 1973, o sistema de telefonia móvel (telefones em veículos) teve uma aceitação acima da expectativa, com um acréscimo de mais de 85% na comercialização e instalação dos aparelhos que de 55 em 1973, são hoje 102, e com uma previsão de 50% de aumento para 1976.

Telefonia Rural

Para atender a demanda de telefones em chácaras, sítios e fazendas nas proximidades da cidade, a TELEBRASILIA colocou à disposição do público mais um serviço de telecomunicações, denominado Telefonia Rural.

Com equipamentos fornecidos pela MOTOROLA CORPORATION, o serviço consiste na operação de telefone via rádio em sistema VHF, com um raio de ação médio de 60 km.

Atualmente a capacidade do serviço é de 100 terminais, dos quais 34 já estão em serviço.

O atendimento é feito depois de realizados testes de propagação de sinal rádio, uma vez que a eficácia do serviço depende das condições topográficas do local de instalação em relação à estação central.

SERVIÇOS VERTICAIS

Pioneira no Brasil em diversos serviços verticais de telecomunicações, a TELEBRASILIA mantém a disposição de seus usuários várias facilidades de interesse público. A utilização desses serviços vem correspondendo a expectativa, além da geração de receita crescente ano a ano.

Nos serviços através de respondedores automáticos (máquinas anunciadoras) e no serviço de recados foram registradas 12.548.430 chamadas, com uma receita de Cr\$ 3.906.705,30, superior em 43% à de 1974.

SERVIÇOS VERTICAIS EM 1975

SERVIÇOS	CHAMADAS	RECEITAS
130 — Hora Certa	10.590.907	3.249.076,40
131 — Esporte e Loteria	395.565	121.576,30
132 — Tempo e Farmácias	299.903	123.312,20
133 — Informativo	413.654	126.466,50
134 — Recados e Teledespertador	54.522	43.556,00
139 — Programação de Cinema	793.879	242.717,90
TOTAIS	12.548.430	3.906.705,30

Terminais Instalados

Em 1975 foram instalados mais 2.400 terminais nas diversas Centrais Telefônicas que atendem o Plano Piloto e Cidades-Satélites, aumentando para 55.900 o número de terminais instalados.

Atualmente, existem em serviço 49.153 terminais e 79.260 telefones, significando um aumento de mais de 19% e 12%, respectivamente, sobre as quantidades de 1974.

Nas diversas Centrais Telefônicas do Distrito Federal a utilização de terminais atualmente é a seguinte:

ESTACÃO	TERMINAIS INSTALADOS	TERMINAIS EM SERVIÇO	TERMINAIS VAGOS
Centro	20.800	17.918	2.882
Sul	20.000	19.754	246
Norte	5.200	4.436	764
Sobradinho	600	246	354
Gama	600	144	456
Taguatinga	5.200	3.631	1.569
Guará	600	585	15
Lago Sul	2.000	1.894	106
Brazlândia	120	72	48
Planaltina	180	165	15
Park Way	300	133	167
Pen. Norte	300	175	125
TOTAL	55.900	49.153	6.747

Obras Cíveis

Foram construídas no exercício diversas obras para atender a expansão da rede a modernização de instalações, incluindo entre outras as seguintes:

1. As estações de Sobradinho, Núcleo Bandeirante, Gama, SIA, Guará, Brazlândia e Planaltina, num total de 5.577m² construídos.

2. As repetidoras de Santa Maria, Sobradinho, Paracatu, Maria, Luziânia, Cristalina e Formosa, num total de 350 m² construídos.

3. Base para as Centrais Transportáveis do Guará, Península Norte e ParkWay. Além dessas obras, foram feitas reformas e adaptações em várias outras instalações da empresa.

TRÁFEGO:

Tráfego Interurbano:

Como uma das empresas telefônicas que mais gera tráfego para o sistema nacional operado pela EMBRATEL, tanto em número de chamadas como em receita produzida, através de mesa interurbana (101) e postos telefônicos foram completadas em 1975, 1.043.000 chamadas e pelo sistema DDD, mais 5.351.000, totalizando 6.394.000 chamadas interurbanas originadas no Distrito Federal, equivalente a um crescimento de 20% em relação a 1974.

ANOS	101	000	TOTAL
1971	1.249.000	-	1.849.000
1972	1.959.000	1.238.000	3.847.000
1973	932.000	3.231.000	4.223.000
1974	826.000	4.408.000	5.324.000
1975	1.043.000	5.351.000	6.394.000

Com a ampliação do número de circuitos de entroncamento de Brasília com a Rede Nacional, o tráfego interurbano deverá sofrer um aumento expressivo.

O CAPITAL HUMANO

O efetivo da Pessoal da Telebrasil era constituído de 1.756 pessoas, em 1975, representando um acréscimo de 11,2% sobre o período anterior. 263 empregados de todos os níveis, ou seja, mais da metade da força de trabalho da empresa, participaram de 294 cursos de treinamento interno e externo durante o exercício.

O investimento aplicado em treinamento elevou-se a Cr\$ 1.197.523,00, o que revela a preocupação da empresa em capacitar a equipe para um melhor desempenho. No Centro de Seleção e Treinamento da Telebrasil, foi criada a Escola da Rede, para formação de Instaladores Reparadores, Cabistas e Técnicos de Rede, já tendo formado 48 Instaladores/Reparadores.

BENEFÍCIOS SOCIAIS

Em 1975 foi implantado o seguro de vida em grupo, proporcional ao nível salarial do empregado, para os casos de invalidez permanente ou morte. A assistência médico-social aos empregadas foi incrementada, destacando-se as seguintes medidas:

- Ampliados convênios para Assistência Hospitalar e Laboratorial aos empregados, tendo sido firmados convênios com farmácias, possibilitando ao empregado a aquisição de remédios com descontos razoáveis;
- Realizado o Censo Oftalmológico no pessoal de telefonia que trabalha com material colorido objetivando detectar possíveis casos de Daltonismo;
- Realizada ampla programação de vacinação aos empregados destacando-se Vacinação Anti-meningocócica face ao surto de meningite ocorrido no País;
- Dentro do programa constante da Previdência e Assistência ao Empregado, vem sendo realizado periodicamente exames torácicos em todos os empregados e audiométricos no pessoal de telefonia;
- Ampliação do Serviço Médico, com instalação de Consultório de Ginecologia com objetivo de atender as empregadas no que diz respeito à prevenção de câncer e exames pré-natais;
- Realizado amplo programa de prevenção de Acidentes, através da CIPA, destacando-se redução considerável dos traumas físicos, atingindo zero nos últimos três meses do ano, (inédito na empresa, em tempo chuvoso!);
- Destaca-se também a formação de quadros especialistas em Segurança e Higiene do Trabalho.

MATERIAL E PATRIMÔNIO

DEMONSTRATIVO DE COMPRAS		
1974	1975	% COMPARATIVO
VALOR - CR\$	VALOR - CR\$	
COMPRAS NO PAÍS=104.646.747 (BRUTO)	Compras no País = 74.416.744	~ 27,03
	Importações = 4.190.514	
	Total Bruto = 78.607.253	
DESCONTOS = 589.531	Descontos = 3.357.836	
TOTAL LÍQUIDO =103.977.216	TOTAL LÍQUIDO= 75.249.422	

OBS: No total relativo a 1974 está incluído o correspondente às importações.

- O comparativo financeiro de compras 1975/1974 mostra um decréscimo de 27,63% o que demonstra a preocupação de se comprar melhor, tanto em preços quanto em quantidades.
- Podemos notar também que em 1974, os descontos representam 0,64% do total bruto, o que em 1975 foi elevado para 4,27%.
- Em maio de 1975, foi aprovado e entrou em vigor o novo Regulamento de Licitações, que veio oferecer maior flexibilidade ao mecanismo de compras, permitindo a conclusão de aquisições em tempo reduzidíssimo.
- Em novembro de 1975, foi elaborado pela primeira vez o orçamento de Compras da Telebrasil. Foram programadas mensalmente para 1976, as aquisições de todos os materiais de ressurgimento de estoque.

Instalação de Ar Condicionado

Nas Estações do SIA, Núcleo Bandeirante e Cuad no qual o sistema de ar condicionado foi todo construído pelo Departamento de Apoio, (mão de obra da Empresa) obtivemos uma redução nos custos conforme segue a seguir:

		ECONOMIZADO
Orçamento por empreiteira	Cr\$ 463.956,00	
realizado pelo Depto.	Cr\$ 427.776,55	242.918,40

O aproveitamento de mão de obra própria reduz custos. No exemplo acima, obtivemos uma redução de 51,54%.

- 1.1 Instalação de Sistema contra Incêndio em Paracatu, Luziânia e Cristalina,
- 1.2 Montagem dos PS de: Ceilândia, Unaf e Paracatu.
- 1.3 Reforma geral do PS de: Cristalina, Luziânia, Brasília, Formosa e Planaltina.
- 1.4 Pintura de todas as repelidoras.
- 1.5 Instalação de orelhões em todo o Plano Piloto e Cidades Satélites.

FROTA DE VEÍCULOS

— Ampliação e renovação de frota em 1975.

DEZ/1974	169 veículos
DEZ/1975	219 veículos
RENOVAÇÃO - 75	24 veículos
AMPLIAÇÃO - 75	50 veículos

instalação de tacógrafos visando maior controle
das velocidades dos veículos da
Empresa, obtendo assim um menor consumo de combustível;
Instalação do bafômetro para testes de graduação alcoólica;
Cursos de Relações Públicas, Humanas
e Direção Defensiva para todos os motoristas.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DEZEMBRO DE 1975

ATIVO		
Imobilizáveis		
Imobilizações materiais (Nota 2):		
- Bens e equipamentos em serviço	R\$ 338.712.953	
- Concessões, direitos	<u>170.258.977</u>	Cr\$ 486.979.930
- Menores depreciacão acumuladas		
• Custo líquido	85.602.051	
- Concessões materiais	<u>47.433.420</u>	103.120.771
		338.712.953
		338.712.953
Obras em andamento		741.815.511
Imobilizações financeiras:		
- Ações em participações compulsórias e outras		<u>1.371.510</u>
		740.443.782
Débitos, não:		
- Caixa e Bancos		17.815.511
Realizável a curto prazo (120 dias):		
- Contas a receber de terceiros para		
- entrega de bens e serviços (Nota 2)	58.103.630	
- A receber de terceiros a prazo (Nota 2)	<u>24.207.358</u>	
- Compensação de débitos	9.240.035	
- Outras contas a receber	<u>1.473.874</u>	83.327.878
Realizável a longo prazo:		
- Materiais no último período	3.213.706	
- A receber a longo prazo para expansão (Nota 2)	<u>80.913.211</u>	
- Menores financiamento bancários aos		
- preteridos adiantados (Nota 2)	<u>179.933.217</u>	
- Aplicações em letras de câmbio	2.693.287	
- Outras contas a receber	<u>702.520</u>	7.011.277
Pendente:		
- Valores em suspensão		3.821.528
		<u>Cr\$ 858.226.078</u>

	PASSIVO	
Patrimônio Líquido::		
Capital (Nota 3):		
Autorizado - 1.000.000.000 de ações no valor nominal de Cr\$ 1 cada;		
Subscrito e integralizado:		
398.699.744 ações ordinárias	Cr\$ 398.699.744	
102.300.266 ações preferenciais	<u>102.300.266</u>	Cr\$ 501.090.000
Contribuições para expansão (Nota 2)		31.950.363
Reserva para aumento da capital		30.059.796
Reserva legal		6.413.981
Lucros em suspensão		2.242.352
Lucro à disposição da Assembleia Geral		<u>61.727.261</u>
		612.048.463
Doações Vinculadas	200.000	
Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS não optante	41.419	247.419
Exigível a curto prazo (360 dias):		
Empréstimos bancários	50.124.551	
Valores dos terceiros	37.763.807	
Fornecedores e outras contas a pagar	22.533.912	
Dividendos declarados e provisionados	5.798.119	
Cambiais cobradas	1.334.054	
Parcela a curto prazo dos financiamentos bancários (Nota 4)	<u>16.245.162</u>	124.300.705
Exigível a longo prazo:		
Financiamentos bancários (Nota 4)		8.641.112
Total geral		
Válida em suspensão	4.571.017	
Financiamento expresso em operações (Nota 2)	<u>14.113.112</u>	40.014.127
Ocupação do solo		
Aluguel	500.100	
Outras despesas	6.113.112	
Imposto predial e IPTU	1.113.112	
Imposto de transmissão no ar	1.113.112	

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS

Renda Operacional:		
Receita do exercício		Cr\$ 195.672.227
Despesas Operacionais:		
Despesas de exploração	Cr\$ 82.955.777	
Depreciação (Nota 1)	45.231.599	133.259.077
Renda de exploração		65.365.150
Rendas não operacionais:		
Renda de aplicações	3.721.852	
Taxa de administração dos pretendentes assinantes Portaria 415 (Nota 1)	2.800.250	
Juros debitados às construções (Nota 1)	2.838.282	
Outras receitas	3.707.431	13.225.924
Renda Bruta		76.609.074
Despesas não operacionais:		
Despesas financeiras	2.492.269	
Outras despesas	747.147	3.239.416
Lucro líquido do exercício		Cr\$ 73.369.658

Apropriação do Lucro:		
Juros debitados às Construções	2.838.282	
Reserva Legal	3.525.707	
Manutenção do Capital de giro	17.235	
Dividendos e ações preferenciais	4.766.473	11.147.697
Lucro a disposição da Assembleia Geral		62.221.961

ARENO PIRES
PresidenteGILDA RTE GIAMBASTIANI DA SILVA
Diretor TécnicoJOSÉ PEREIRA SANTOS
Diretor Econômico-FinanceiroFRANCISCO DE PAULA
Diretor de OperaçõesPAULO CID RODRIGUES GOUVEA
Diretor AdministrativoDANTON EIFLER NOGUEIRA
Diretor Representante GDFMANOEL SATURNINO DA CONCEIÇÃO
Chefe da Divisão de Contabilidade
C.R.C. - 1166 - DF

DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício findo em 31 de dezembro de 1975

	Capital			Contribuições para expansão	reserva para aumento de capital	Reserva legal	Lucros em suspenso	Lucro a disposição da Assembleia Geral
	Ações ordinárias Cr\$	Ações Preferenciais Cr\$	Total Cr\$					
Saldo em 31 de dezembro de 1974	262.455.794	55.544.206	318.000.000	24.230.963	10.942.030	1.888.274		19.651.783
Distribuição do resultado de 1974:								
Incorporado a reserva para aumento de capital					4.124.864			(4.124.864)
Pagamento de dividendos de ações ordinárias:								(10.501.997)
Gratificações a empregados e a diretoria								(2.732.570)
Transferido para lucro em suspenso							2.292.352	(2.292.352)
Correção monetária do imobilizado técnico					75.841.757			
Adiantamentos para aumento do capital — TELEBRÁS					56.940.030			
Contribuições para expansão				49.738.610				
Lucro líquido do exercício								73.369.658
Apropriação do lucro:								
Juros debitados a construções					2.838.282			(2.838.282)
Reserva legal						3.525.707		(3.525.707)
Manutenção do capital de giro					17.235			(17.235)
Dividendos preferenciais								(4.766.473)
Transferências				3.590.107	(3.590.107)			
Capitalizações:								
Incorporação de reservas e auto-financiamento para expansão	136.243.950	46.756.050	183.000.000	(42.140.293)	(140.859.707)			
Outros:								
Agio sobre ações emitidas				(3.469.030)	3.469.030			
Patrimônio líquido de empresas incorporadas					335.476			
Saldo em 31 de dezembro de 1975	398.699.744	102.300.255	501.000.000	31.950.363	10.059.796	5.413.981	2.292.352	62.221.961

Ver notas explicativas.

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Alteração de denominação social

Em 26 de março de 1975 a denominação social da Companhia foi mudada de Companhia de Telecomunicações de Brasília — COTELB para Telecomunicações de Brasília S.A. — TELEBRÁS/LIA.

2. Resumo dos principais procedimentos contábeis.

a) Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no plano de contas padrão para as empresas concessionárias de serviços públicos de telecomunicações, de conformidade com a Portaria n. 528 de 22 de outubro de 1969, do Ministério das Comunicações.

Entretanto, foram introduzidas algumas alterações no agrupamento, com o objetivo de facilitar a leitura e interpretação das demonstrações contábeis anexas.

b) Juros debitados às construções

Com base na permissão contida na Resolução n. 43/66, a Companhia calcula juros de 12% a. a. sobre as obras em andamento. No final do exercício social esses juros são apropriados à reserva para aumento de capital.

c) Plano de expansão

Em 23 de agosto de 1972, o Ministério das Comunicações emitiu a Portaria n. 415, em substituição à Resolução n. 18/67 do CONTEL, alterando a regulamentação dos fundos recebidos dos pretendentes assinantes segundo os planos de expansão previamente aprovados.

De acordo com a referida portaria, as importâncias recebidas dos pretendentes assinantes, deduzida uma parcela de 15% para cobertura de despesas administrativas, devem ser convertidas em ações pelo valor patrimonial apurado no início do exercício social em que ocorre a entrega das ações.

As importâncias a receber dos pretendentes assinantes estão demonstradas, no balanço patrimonial, nos grupos Realizável a curto e longo prazo. A contrapartida está demonstrada no Passivo pendente. As parcelas recebidas e não convertidas em ações estão demonstradas no grupo do Patrimônio líquido, na conta Contribuições para expansão.

Em 25 de outubro de 1974, o Ministério das Comunicações emitiu a Portaria n. 1181, a qual entrou em vigor em 1.º de janeiro de 1975 e revogou a Portaria n. 415, acima citada. As alterações básicas introduzidas pela Portaria n. 1181 foram a eliminação da dedução da parcela de 15% para cobertura de despesas administrativas e as importâncias efetivamente pagas e correspondentes ao preço à vista da participação, serão convertidas em ações da Telecomunicações Brasileiras S.A. — TELEBRÁS, pelo valor patrimonial apurado no início do exercício social em que ocorrer a entrega das ações. A diferença entre o preço à vista e o preço a prazo das importâncias recebidas dos pretendentes assinantes, é considerada receita da Companhia.

O valor de Cr\$ 79.933.217, representa créditos que a Companhia obteve através de financiamentos bancários em contratos de intervenção com garantia de liquidez.

d) Depreciação

A depreciação do custo original e da correção monetária dos bens e instalações em serviço é calculada pelo método linear a taxas variáveis que atingem, em média, 9,5% a.a. A depreciação foi calculada com base em índices de aceleração conforme facultado pela legislação em vigor, aplicável às empresas concessionárias de serviços públicos de telecomunicações.

e) Imposto de renda

A Lei n. 4545 de 10 de dezembro de 1964, isentou a Companhia de qualquer tributo de competência da União. Essa isenção foi ratificada pela Lei n. 6067 de 2 de julho de 1974 e Decreto n. 76.186 de 2 de setembro de 1975.

3. Capital

Durante o exercício, o capital autorizado da Companhia foi aumentado de Cr\$ 500.000.000 para Cr\$ 1.000.000.000.

As ações preferenciais não têm direito a voto, tendo, contudo, direito a um dividendo de 6% a.a., não cumulativo e prioridade no reembolso do capital.

4. Financiamentos bancários

Os financiamentos bancários, em 31 de dezembro de 1975, constituíram-se de:

Banco Regional de Brasília:
Pagável em parcelas mensais até
julho de 1977 — juros de 12% a.a.
Credibrás Financeira do Brasil S.A.:
Pagável em parcelas mensais até
julho de 1977 — encargos totais de
aproximadamente 30% a.a.

Cr\$ 4.315.346

15.871.148

20.186.494

16.245.162

Cr\$ 3.941.332

menos: parcela a curto prazo

5. Bens incorporados

Em 1974 a Companhia contratou uma empresa especializada em levantamento do imobilizado técnico, para efetuar a identificação dos itens componentes desse ativo. Como resultado desse levantamento, foi revelada a existência de itens significativos da conta bens e instalações em serviços, imóveis, que embora sendo utilizados regularmente pela Companhia, não foram oficialmente a ele transferidos. Até 31 de dezembro de 1975, essa pendência não havia sido solucionada.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Telecomunicações de Brasília S/A — TELEBRASILIA, tendo procedido ao exame do Balanço Patrimonial, Demonstração de Lucros e Perdas, Parecer dos Auditores Independentes e demais documentos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1975, e encontrando-os em perfeita ordem, opinam que os mesmos estão em condições de serem submetidos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

Brasília, 05 de fevereiro de 1976

WALTER GUERRA DO AMARAL

DILERMANDO SALAMEH CHRISTO

ANTERO CARVALHO

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.

Doutores da

Telecomunicações de Brasília S.A. — TELEBRASILIA.

(Anteriormente Companhia de Telecomunicações de Brasília — COTELB)

Examinamos o balanço patrimonial da Telecomunicações de Brasília S.A. — TELEBRASILIA (anteriormente Companhia de Telecomunicações de Brasília — COTELB) levantado em 31 de dezembro de 1975 e os respectivos demonstrativos de resultados e das mutações patrimoniais correspondentes ao exercício findo naquela data. Nosso exame foi efetuado de acordo com as normas da auditoria geralmente aceitas e, consequentemente, incluiu as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.

Em nossa opinião, o balanço patrimonial e os demonstrativos de resultados e das mutações patrimoniais acima referidos, representam, adequadamente, a posição financeira da Telecomunicações de Brasília S/A — TELEBRASILIA (anteriormente Companhia de Telecomunicações de Brasília — COTELB) em 31 de dezembro de 1975 e o resultado de suas operações correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, aplicados com uniformidade em relação ao exercício anterior, modificados pelas normas estabelecidas para as empresas concessionárias de serviços públicos de telecomunicações, segundo a legislação vigente.

São Paulo, 17 de janeiro de 1976

ARTHUR YOUNG AUDITORES ASSOCIADOS S/C LTDA.

CRC-SP 8284

GEMEC-RAI-74/109-PJ

Elso Raimondi

Contador CRC-SP 15907

GEMEC-RAI-74/109-2-FJ

(Nº 2.960-B — 6-4-76 — Cr\$ 925,00)

(Nº 3.173-B — 9-4-76 — Cr\$ 880,00)

(Nº 2.861-B — 6-4-76 — Cr\$ 925,00)

(Nº 3.174-B — 9-4-76 — Cr\$ 880,00)

(Nº 2.962-B — 6-4-76 — Cr\$ 925,00)

(Nº 3.175-B — 9-4-76 — Cr\$ 880,00)

d) fixarem a remuneração do Perito Contador escolhido pelo Conselho Fiscal para assisti-lo.

e) deliberarem sobre outros assuntos de interesse da Empresa

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1976.
— Stanley Fortes Baptista — Presidente.

Ofício 127

Dias: 9, 12 e 13.4.76.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S. A.

ASSEMBLÉIA-GERAL ORDINÁRIA

São convidados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia-

EDITAIS E AVISOS

Geral Ordinária, na sede social, à Praça Duque de Caxias, 88, no próximo dia 19 (dezenove) do mês corrente, às 9:00 (nove horas), a fim de, na conformidade dos Estatutos Sociais:

a) deliberarem sobre o Relatório, o Balanço Geral e a Conta de Lucros e

Perdas, relativos ao Exercício de 1975, e o Parecer do Conselho Fiscal;

b) elegerem Diretores e os Membros efetivos e Suplentes do Conselho Fiscal;

c) fixarem os honorários do Presidente e Diretores e a remuneração do Conselho Fiscal;

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

EDITAL N.º 01-76

O Diretor do Departamento do Pessoal da Universidade Federal de Juiz de Fora, em cumprimento ao disposto no item 4.15 da I.N. número 48-75, do DASP, torna pública a relação dos habilitados no processo seletivo a que foram submetidos os servidores que optaram por concorrer

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

para cargos integrantes de Categorias Funcionais diversas daquelas a que pertenciam como clientela originária.

Grupo "Serviços Auxiliares"
— SA-800

Clientela Geral

1. Vânia Loures de Castro, ocupante do cargo de Datilógrafa AF-503,7A

para Agente Administrativo, código SA-801. Habilitada com a nota 62.

2. Solange Monteiro Junqueira ocupante do cargo de Datilógrafa AF-503,7A, para Agente Administrativo, código SA-801. Habilitada com a nota 87.

3. Evilásio Rodrigues Braga, ocupante do cargo de Servente GL-104,5 para Agente Administrativo,

código SA-801. Habilitado com a nota 80.

4. Marcus Vinicius Martins Calado, ocupante do cargo de Auxiliar da Portaria GL-303,7A, para Agente Administrativo, código SA-801. Habilitado com a nota 69.

5. Itamar Fuscaldi Naves, ocupante do cargo de Porteiro GL-301,9A, para Agente Administrativo, código SA-801. Habilitado com a nota 62.

6. Lair Turra, ocupante do cargo de Porteiro GL-302,11B, para

Agente Administrativo, código SA-101. Habilitado com a nota 67.
Grupo: Outras Atividades de Nível Superior — NS. 900
Clientela Secundária
 1. José Teixeira Pires, ocupante do cargo de Técnico de Contabilidade P-01.15B, para Contador, código NS-924. Habilitado com a nota 86.
 2. Ruy de Barros, ocupante do cargo de Técnico de Contabilidade P-

701.15B, para Contador, código NS-924. Habilitado com a nota 79.
 3. Aloysio Goreske, ocupante do cargo de Oficial de Administração AF-201.14B, para Técnico de Administração, código NS-923. Habilitado com a nota 70.

Clientela Geral

1. José Ventura, ocupante do cargo de Oficial de Administração AF-

201.16C, para Economista, código NS-922. Habilitado de acordo com a nota 83.

2. Maria Moreira Kell, ocupante do cargo de Oficial de Administração AF-201.14B, para Contador, código NS-924. Habilitada de acordo com o disposto na Nota da COLEF DASP, datada de 9 de janeiro de 1975, tendo em vista estar habilita-

da no concurso público para Contador, conforme Edital DASP-CODERSEL n.º 6-75, publicado no Diário Oficial de 28 de fevereiro de 1975 (Suplemento) e haver, na lotação ... JFJF, na classe inicial de Contador, número superior ao de concorrentes.

Juiz de Fora, 2 de abril de 1976.
 — Antonio Ignacio Berg, Diretor.

TELECOMUNICAÇÕES AERONÁUTICAS SOCIEDADE ANÔNIMA

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Convocação

A fim de dar cumprimento às disposições do artigo 34 dos Estatutos,

fica convocada a reunião da Assembleia Geral Ordinária da Telecomunicações Aeronáuticas S. A. — TASA a realizar-se às 10 horas do dia 29 de abril de 1976, na sede da empresa, situada no Aeroporto Internacional do Galeão, Hangar número 2, 3º pa-

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

vimento, Rio de Janeiro, para: a) Tomada anual das contas da Diretoria, relativas ao exercício de 1975, com exame, discussão e deliberação sobre o balanço geral e parecer do Conselho Fiscal; b) fixação dos honorários da

Diretoria; c) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal e fixação de seus honorários; d) assuntos gerais de interesse da Sociedade. Rio de Janeiro, 5 de abril de 1976. — Francisco Aurélio de Figueiredo Guedes, Presidente.

(Dias: 9, 12 e 13.4.76)

(Nº 3.111-B — 8.4.76 — Cr\$ 150,00)

CÓDIGO DE PESCA

DIVULGAÇÃO Nº 1 009

PREÇO: Cr\$ 0,40

A VENDA

Na Cidade do Rio de Janeiro

Posto de Venda — Sede: Av. Rodrigues Alves, 1

Posto de Venda I: Ministério da Fazenda

Posto de Venda II: Palácio da Justiça, 3º pavimento —

Corredor D — Sala 311

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

Em Brasília

Na sede do D.I.N.

FORMULÁRIOS DE DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO E ANEXOS

Instrução Normativa da SRF nº 033, de 17 de setembro de 1974

MODELO — CIEF — 04.001 — 5 vias

MODELO — CIEF — 04.002 — 5 vias

MODELO — CIEF — 04.003 — 5 vias

MODELO — CIEF — 04.004 — 5 vias

FORMULÁRIO DE DECLARAÇÃO COMPLEMENTAR DE IMPORTAÇÃO

MODELO — CIEF — 04.005 — 5 vias

Preço: Cr\$ 0,30 a folha

A VENDA

Na Cidade do Rio de Janeiro

Posto de Venda — Sede: Avenida Rodrigues Alves, 1

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

Em Brasília

Na sede do D.I.N.

CONSTITUIÇÃO

DA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

EMENDA Nº 1 — DE 17-10-1969

EMENDA Nº 2 — DE 9-5-1972

EMENDA Nº 3 — DE 15-6-1972

Com Índice Alfabético Remissivo

DIVULGAÇÃO Nº 1.161

3ª edição

PREÇO: Cr\$ 10,00

À VENDA

Na Cidade do Rio de Janeiro

Posto de Venda — Sede: Avenida Rodrigues Alves, 1

Posto de Venda I: Ministério da Fazenda

Posto de Venda II: Palácio da Justiça, 3º pavimento —
Corredor D — Sala 311

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

Em Brasília

Na sede do D.A.N.

PREÇO DESTE EXEMPLAR CR\$ 2,00